



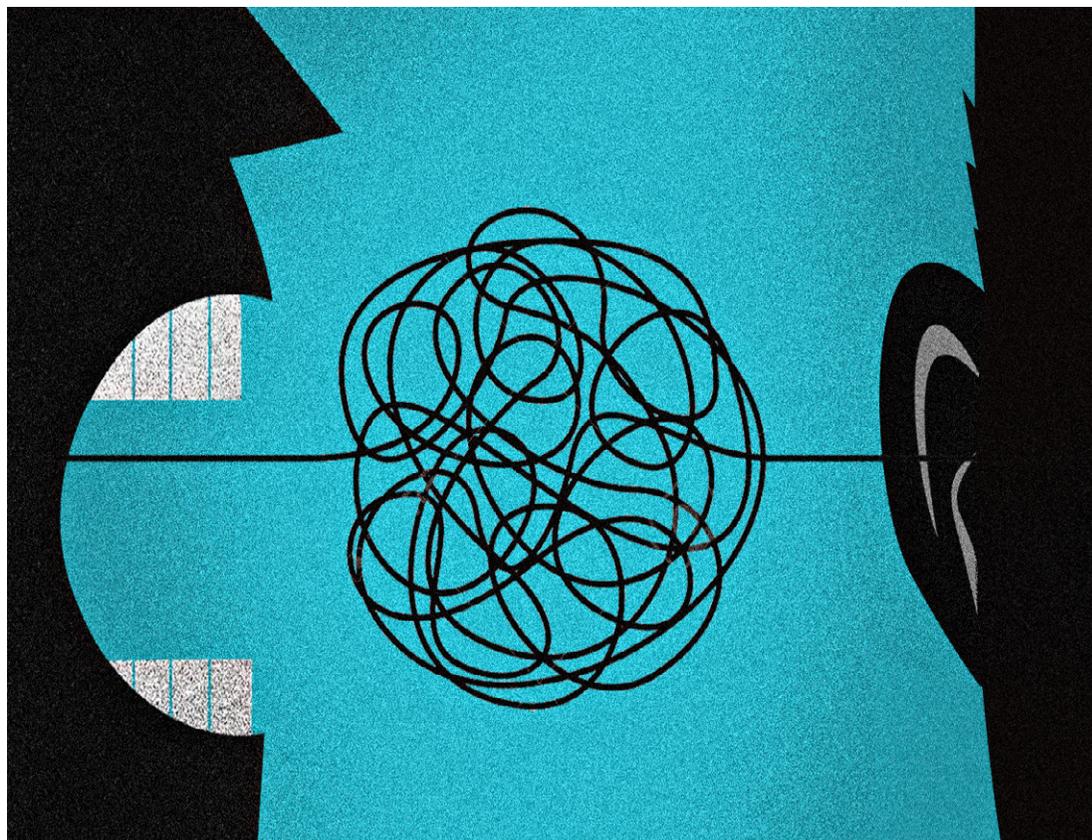
A linguagem performática dos possuídos realizadores

Ninguém sabe, exatamente, quando uma legião de brasileiros descobriu que já não era mais possível ter alguma coisa. Passaram a “possuir”. Também deixaram de fazer. Querem “realizar”. Para essa gente, oferecer, dar, emprestar, nenhum desses atos generosos sobreviveu à mania contemporânea de “disponibilizar”. A língua encheu-se de calos, pela dificuldade de falar palavras simples e diretas, velhas companheiras — exiladas, agora, por uma inexplicável doença semântica.

A moléstia, contagiosa, é agravada pelos anglicismos selvagens de gente desacostumada a ler em português, ou exposta em excesso a obras dolorosamente mal traduzidas. Sintomas comuns dessa necrose linguística são o uso de “escalar”, não para montanhas, mas para expressar aumento ou amplificação de alguma coisa; a manifestação do desejo mórbido de “realizar” no lugar de “compreender”; a incapacidade paranoica de começar alguma ação sem o anúncio de que vai “estartar” a pobrezinha.

Andam criando remédios para essa pandemia, que pede também injeções de sensatez e doses terapêuticas de bons livros e autores de qualidade. Em Brasília, mesmo, já se pode consultar o *Manual de Linguagem Simples*, de Patrícia Roedel, lançado há poucos dias — e em boa hora — pela Câmara dos Deputados, a exemplo de outros manuais do gênero criados pelo serviço público em vários estados. É torcer para o sucesso dessa tentativa de transfusão do bom senso.

O elixir salvador, receitado pelo manual: escreva e fale para que entendam facilmente que diabos você quer dizer. Parece óbvio. Mas diga isso a quem redigiu um pedido de habeas corpus, encontrado pelas advogadas Danielle Serafino e Mariana Zonari, nesses termos: “o édito prisional hostilizado entremostra-se baldo de fundamentação, venia maxima concessa, de sua ilustre subscritora...”



No país que guarda até hoje traços da *Casa grande & senzala*, falar enrolado sempre foi um modo de cobrar distinção. Não à toa, no Judiciário, onde até hoje existe elevador exclusivo para “eminentíssimos magistrados”, a linguagem tortuosa desfila de queixo erguido e peito estufado. É uma felicidade ver escal..., digo, ganhar impulso o esforço para simplificar a comunicação em lugares como esse.

As estrepolias beletistas do juridiquês deixam no chinelo a fala empolada, que, hoje em dia, nunca “usa”, só “utiliza”, e não desempenha mais, porque prefere “performar”. Tribunais gostam de ser chamados “egrégios

cortes”, e, ao lhe impor textos incompreensíveis, desculpam-se com “data vênia” e “elevada estima e consideração”. Mas vão além: ao entrar no Supremo Tribunal, você descobre por exemplo, que chegou, segundo digníssimos advogados, ao “pretório excelso”.

Barbaridade. Isso não é nome de alguma entidade mitológica, como o tal do “mesmo”, o ser misterioso citado nas placas de certos corredores, que devemos verificar se está parado, quem sabe nos espreitando, antes de pegar o elevador. Esse Pretório Excelso existe mesmo, pode perguntar nos tribunais. E, a depender do que anda fazendo, ele um dia pode botar as mãos em você.